

# CAIENA

## BATISMO DE FOGO



**E**m janeiro último, lembramos os 213 anos da Tomada de Caiena, capítulo heroico da história militar brasileira, no qual os Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil tiveram seu batismo de fogo. Para compreendermos os fatos que levaram a tais feitos, é imprescindível que analisemos os antecedentes históricos.

Valdir Gouvêa Rêgo\*<sup>1</sup>

Rodrigo de Oliveira Schneider\*<sup>2</sup>



Desembarque em Caiena,  
pintura de Álvaro Martins

## QUESTÕES TERRITORIAIS NA REGIÃO NORTE

A região da Guiana era constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses. A primeira investida francesa no território da Guiana se deu no ano de 1503, com a instalação de um pequeno grupo na ilha de Caiena, durante alguns anos.

Em 1630, teve início o processo formal de povoamento com a instalação de colonos franceses às margens do Rio Sinnamary, transferidos posteriormente para Caiena. Desde o início do processo de povoamento, França e Portugal estiveram envolvidos na disputa para a definição da fronteira entre suas colônias: Guiana e Grão-Pará. A área em questão compreendia as terras situadas entre o Rio Amazonas e o Oiapoque, então chamadas de Cabo do Norte, atual estado do Amapá, doadas pelo Rei Felipe IV da Espanha e III de Portugal a Bento Maciel Parente. Era de grande interesse dos franceses a posse dessas terras que, tendo como limite sul a margem esquerda do Rio Amazonas, permitiria o acesso à rede fluvial amazônica e o direito de navegação, podendo chegar até o Peru.

Entre 1678 e 1802, uma série de tratados buscou pacificar a questão territorial entre as duas colônias, sendo o último o Tratado de Amiens, firmado entre a Grã-Bretanha e a França, de cujas negociações Portugal ficou de fora, que fixava a fronteira no Rio Araguari, indo contra os interesses da Coroa portuguesa.

### CONTEXTO EUROPEU

O início do século 19 foi marcado pela política expansionista de Napoleão Bonaparte, que procurava conquistar toda a Europa, tendo como principal adversário ao seu projeto a Inglaterra.

Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental determinando que os países europeus fechassem os portos para os navios ingleses. Diante da negativa portuguesa de fechar os portos ao seu maior aliado, a França iniciou a invasão do território português, o que provocou a partida da Corte para o Brasil, antes da chegada das tropas a Lisboa.

### TOMADA DE CAIENA

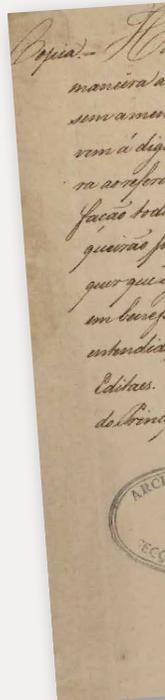
Após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, o Príncipe Regente, D. João VI apontou sua política externa contra a França. Em 02 de maio de 1808, é divulgado às potências da Europa e ao mundo

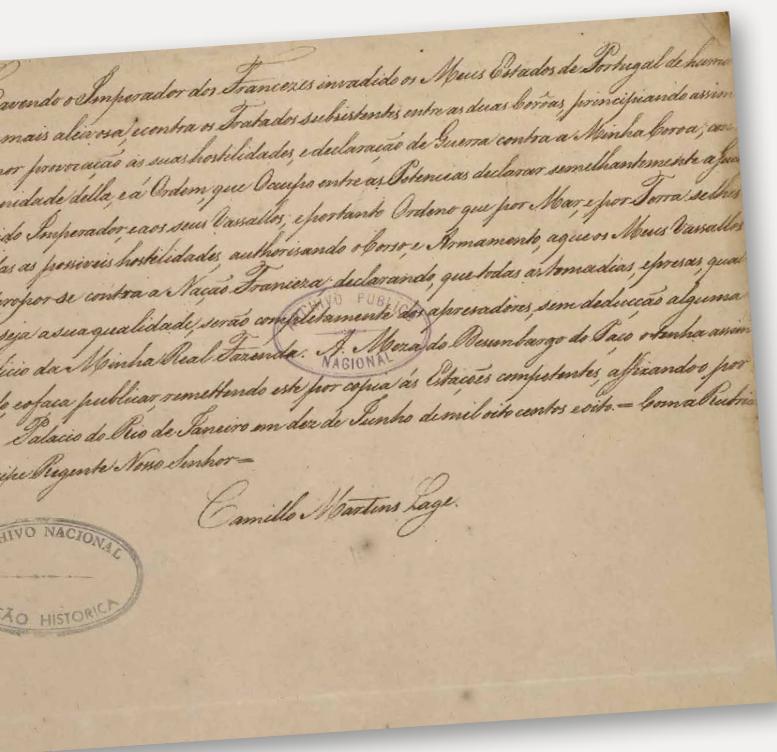
inteiro o manifesto do Príncipe Regente, declarando guerra à França:

*“Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, no seio do novo Império, que veio criar na América Meridional, levanta a sua voz, e expõe com energia e dignidade os sacrifícios que por muitos anos, houvera feito para conservar a tranquilidade do seu povo comprando por muitos milhões de cruzados uma neutralidade pacífica, que o pérfido Napoleão, Imperador dos franceses, por vezes vendeu, e que logo ele mesmo quebrava, para ter o pretexto de nova negociação: penteia as traições, as intrigas, e infames manobras, que o mesmo Imperador maquinou por meio dos seus enviados, e agentes, a fim de perturbar a nação portuguesa e abalar a estabilidade do trono: enfim depois de lembrar toda a Europa a execranda perfídia com que o dito Imperador invadiu o reino de Portugal e o ocupou, declara Sua Alteza Real guerra a Napoleão e aos franceses, permite aos seus vassallos da Europa, do Brasil e Domínios Ultramarinos o repelir, por mar e por terra os seus inimigos e fazer-lhes guerra. Declara Sua Alteza nulos, e de nenhum efeito todos os tratados, que o Imperador dos franceses o obrigou a assinar, e que jamais deporá as armas, senão de acordo com o seu antigo e fiel aliado, Sua Majestade Britânica, e que não consente nem consentirá em caso algum da cessão do Reino de Portugal, que forma a mais antiga parte da herança e dos direitos da sua real família. Este manifesto no qual tanto reluz a verdade e a justiça da causa do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi bem recebido na Europa, e com especialidade pelos ingleses, e abriu os olhos a muita gente, a quem Napoleão havia fascinado com as suas imposturas e deslealdade.”*

Em outro decreto, de 10 de junho, ordenou D. João que “por mar, e por terra se lhes façam todas as hostilidades”. Autoriza o corso e os armamentos que seus vassallos quisessem, no intuito de se propor contra a França.

Antes, no entanto, em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente, por decretos e alvarás, regulou o Corpo da Brigada Real da Marinha e o soldo que haveriam de receber os membros dessa instituição, além de criar a Contadoria Real da Marinha para o expediente do corpo militar, a Biblioteca da Academia Naval e dar outras providências.





**O documento de 10 de junho de 1808, pelo qual o Príncipe Regente autorizou que se fizessem todas as possíveis hostilidades contra os franceses**

Nesse contexto, a Tomada de Caiena configurou como um revide à invasão de Portugal empreendida pelas tropas napoleônicas, além de oportunizar o reestabelecimento da fronteira no Rio Oiapoque, garantindo os limites territoriais brasileiros.

Diante de tal cenário, o governador do Grão-Pará recebeu, em 22 de julho de 1808, a Ordem Régia para fazer marchar rapidamente e não antes de receber de Pernambuco as tropas de Infantaria, Artilharia e as forças de mar e terra, a fim de tomar posse solene e estabelecer um destacamento à margem direita do Oiapoque, de modo a promover a reintegração dos justos limites da Capitania do Pará. O governador organizou, com os recursos escassos, uma Força Naval com embarcações de pequeno porte conduzindo cerca de trezentos homens para o desembarque na Guiana Francesa. A partida aconteceu em outubro.

Os Fuzileiros-Marinheiros da Brigada embarcaram em 5 de novembro de 1808 na Esquadra que levava também homens da Artilharia do Exército para a invasão à Guiana Francesa. O Contingente oriundo do Rio de Janeiro apresentava a seguinte composição:

- Fragata “Confidence”, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo, com 26 peças de artilharia;
- Brigue “Voador”, às ordens do Capitão de Fragata José Antônio Salgado, com dezoito peças;
- “Infante D. Pedro”, às ordens do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, também com dezoito peças de artilharia;
- Escuna “General Magalhães”, com doze canhões; e
- Cúteres “Vingança” e “Leão”, com oito peças de artilharia, cada.

Além destes, compunham a expedição três barcas-canhoneira e três barcos-transporte. Das tropas que desembarcaram do Rio de Janeiro, formavam o efetivo desses navios trezentos homens da Brigada Real da Marinha.

Logo em seguida, começou o ataque aos pequenos fortes situados às margens do Rio Apropak, que impediam o prosseguimento da missão. Em 7 de janeiro de 1809, foram conquistados os dois últimos fortes, o que permitiu o desembarque da tropa que estava nos navios nas praias de Caiena, manobra que os ingleses chamam de “*littoral war*”. O destacamento ocupou o território da Guiana, cooperando ativamente nos combates travados até a vitória em 12 de janeiro de 1809 e garantindo para o Brasil parte do atual estado do Amapá.

O ofício de 29 de janeiro de 1809, do governador da Capitania do Pará dava:

*“Ao Príncipe Regente a certeza de que a colônia francesa de Caiena se havia rendido por capitulação ao seu soberano domínio, depois de vários ataques. (...) O comandante dessa expedição o Tenente-Coronel Manoel Marques havendo-se senhoreado em dois dias de todos os pontos fortificados, que da parte do continente defendiam a passagem para a Ilha de Caiena, em virtude da capitulação, que os franceses ofereceram, e que foi assinada aos 12 de janeiro, entrou na praça aos 14, e nela ancorou a real bandeira portuguesa, solenizando este ato com uma salva de vinte e um tiros de artilharia.*

*Segundo a capitulação a guarnição francesa evacuou a praça, saindo com todas as honras de guerra, devendo ser mandada para a França em embarcações portuguesas. (...) Grande foi o contentamento nesta corte pelo feliz sucesso das nossas armas na conquista desta parte da Guiana.”*

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha de prata comemorativa da Tomada de Caiena, em cujo anverso estava sua figura em perfil coroada de louros e, no reverso, a data de 14 de janeiro de 1809, com a inscrição: Caiena tomada aos franceses.



A ocupação da Guiana Francesa contribuiu para a fixação da fronteira brasileira, pois, quando da sua devolução, em 1817, ficaram tacitamente estabelecidos os limites do Oiapoque, tornados definitivos, posteriormente, pela atuação do Barão do Rio Branco, que teve o respaldo de argumentos históricos cartográficos.

Esta missão foi o **BATISMO DE FOGO** dos Fuzileiros Navais. A Tomada de Caiena evidenciou que os componentes da Brigada Real da Marinha possuíam um diferencial: a **VOCAÇÃO ANFÍBIA E EXPEDICIONÁRIA**. Eram destemidos combatentes de mar e de terra.

Ao retornarem após a Campanha da Guiana, os Fuzileiros-Marinheiros foram aquartelados, em 21 de março de 1809, por determinação do Ministro da Marinha, D. João Rodrigues Sá e Menezes, o Conde de Anadia, na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, ocupando os velhos edifícios em que estavam instaladas as

prisões masmorras. A Fortaleza, a partir de então, passou a ser a sede do Corpo de Fuzileiros Navais. ■

#### REFERÊNCIAS

MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Nossas Campanhas Navais: a Conquista de Caiena. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939

MELO, Ronaldo Lopes de. Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. In: Revista Navigator. Disponível em: [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie6.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie6.pdf). Acesso em fev 2022

RÊGO, Valdir Gouvêa. Antecedentes históricos da origem do Corpo de Fuzileiros Navais. In: O Anfíbio. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, 2020, v. 38, p. 75.

ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. In: Revista Navigator. Disponível em: [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie4.pdf). Acesso em: fev 2022.

PEREIRA, Ivete Machado de Miranda. Conquista e Capitulação da Guiana Francesa. In: I Seminário Internacional Brasil no Século XIX. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Ivete%20Machado%20de%20Miranda%20Pereira.pdf>. Acesso em fev 2022.

CONQUISTA de Caiena. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=1538200&\\_101\\_type=content&\\_101\\_urlTitle=conquista-de-caiena&inheritRedirect=true](http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1538200&_101_type=content&_101_urlTitle=conquista-de-caiena&inheritRedirect=true). Acesso em fev 2022.

RAMOS, Maurício Filipe Afonso. A Brigada Real de Marinha. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33736/1/530-22815-ASPOF%20M%20Afonso%20Ramos-BRM-%28vers%3a3o%20final%20assinada%29.pdf>. Acesso em fev 2022.

\*1 Capitão de Fragata (T), Encarregado do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais

\*2 Primeiro-Tenente (RM2-T) Museólogo do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais

**Gravura da Ilha das Cobras, de James Forbes**  
Fonte: BN Digital

